

# CARTOGRAFIA DO INTERMEDIÁRIO: A PRODUÇÃO E CAPTURA DO COMUM NA CULTURA LIVRE

**Bruno Tarin**

Escola de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura –  
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

brunotarin@gmail.com

***Abstract.** This work investigates the free culture as a field of dispute that in the context of biopolitical production contains as your central elements the exercise of creativity together with freedom, communication and cooperation. Through a cartography of free culture, this work on one hand focuses on the question of exploitation relations. Understanding that there are currently experimentations of new forms of accumulation and extraction of profit, as well as capture of the common that eases the property issue. On the other hand this work focuses on the producing of the common as autonomy. To carry out the cartography were analyzed three different perspectives: Creative Commons, free art, and copyfarleft.*

***Resumo.** O artigo investiga a cultura livre como um campo de disputa que no contexto da produção biopolítica tem no exercício da criatividade conjugada com a liberdade, a comunicação e a cooperação os seus elementos centrais. Através de uma cartografia dos discursos da cultura livre, o artigo por um lado concentra-se na questão das relações de exploração, entendendo que ,atualmente, há uma experimentação de novas formas de acumulação, extração de lucro e captura do comum que flexibilizam a questão da propriedade. Por outro lado dedica-se em análises sobre a produção do comum enquanto autonomia. Para a realização da cartografia serão trabalhadas três diferentes perspectivas: Creative Commons; arte livre; e copyfarleft.*

## INTRODUÇÃO

A propriedade intelectual, atualmente, se encontra severamente questionada. Pode-se afirmar que a propriedade intelectual, especialmente o direito autoral, não encontra mais a mesma consonância com os novos modos de vida e de produção que encontrava até pouco tempo atrás. A socialização da cultura e o exercício da criatividade – elementos primordiais dos modos de vida e produção contemporâneos – se encontram no cerne da pressão exercida sobre os mecanismos de propriedade sobre o imaterial, dessa forma, a privatização e o controle sobre o conhecimento e a informação constituem um dos principais tensionamentos sobre as relações capitalistas.

Se de um lado há, cada vez mais, um endurecimento das leis de propriedade intelectual e uma maior coerção sobre seus “infratores”, do outro, as práticas e a cultura de compartilhamento e troca estão cada vez mais enraizadas nos modos de vida na rede<sup>1</sup>. A propriedade intelectual se torna, dessa forma, materialmente indesejável, sendo a sua expansão, e mesmo manutenção, bastante desconectada tanto das novas formas de trabalho como de lazer. Um entrave, ao mesmo tempo, tanto para os novos negócios e negociantes – fortemente calcados nas dinâmicas das redes – quanto para as pessoas em geral, mas principalmente para ativistas e trabalhadores da cultura e do conhecimento – trabalhadores cognitivos.

Procura-se evidenciar, neste trabalho, que, atualmente, configuram-se diferentes máquinas de criatividade. Como máquina não nos referimos somente aos aparatos técnicos mas também inovações sociais, culturais, políticas e econômicas. Nesse sentido, estamos em confluência com o pensamento de Deleuze e Guattari que a tecnologia antes de ser técnica é social. Da mesma maneira, os Negri e outros operaístas diziam que na base do desenvolvimento tecnológico estão as tensões sociais e as lutas. A máquina, dessa forma, pode ser vista como uma reterritorialização<sup>2</sup> das relações de poder que a precedem, sempre em relação e seguindo os contornos do trabalho vivo e dos conflitos sociais. As máquinas sempre são um dispositivo para a amplificação e relação entre fluxos e forças: seja energia, trabalho, informação, criatividade etc (PASQUINELLI, 2011.). Nesse sentido, sua operação é a excedência, em outras palavras, algo que desencadeia um excedente de produtividade (NEGRI, 2012).

Com efeito, por um lado vivenciamos, atualmente, a aparição de novas máquinas de criatividade, ou de governos do exercício da criatividade, para o aumento de mais-valia e a revitalização dos processos de acumulação. Por outro lado as máquinas de criatividade, potencialmente, são expressão e meios de autonomia, dado que na base da constituição das máquinas estão as tensões sociais, assim como elas próprias – máquinas – se tornam o campo de resistência e luta. Nesse sentido, falar de máquinas de criatividade – no plural – ou governos do exercício da criatividade implica em afirmar

---

1 Atualmente não se pode separar a rede da “vida real”. O ciberespaço não é um espaço fora da realidade, nesse sentido o virtual e sua materialidade estão intimamente conectados com o desenvolvimento das sociedades pós-industriais como um todo. A internet, dessa forma, atravessa e é atravessada por todas as redes e relações sociais, culturais e econômicas, estando profundamente implicada nos fluxos de trabalho, cultura e poder atuais. (TERRANOVA, 2004)

2 Utilizamos o termo reterritorialização em consonância com a acepção desenvolvida por Deleuze e Guattari. Cf. ZOURABICHVILI (2009).

que existe, atualmente, no campo da cultura e arte a produção de diferentes subjetividades e formas de condução do exercício da criatividade que conflitam entre si, tendo funções, operações e desdobramentos distintos – entre: a exploração e a autonomia; o “morto” e o “vivo”.

Quando nos referimos à expressão governos do exercício da criatividade, estamos em consonância com a concepção de governo desenvolvida por Foucault: como exercício do poder e estruturação das condutas, sendo que “o exercício do poder consiste em 'conduzir condutas' e em ordenar a probabilidade” (FOUCAULT, 1995, p. 244). A “condução de condutas” pode ser expressa como o ato de estruturar o eventual campo de ação dos outros. O poder, nesse sentido, é um exercício, uma arte, um conjunto de ações sobre ações possíveis sejam estas futuras ou presentes. O poder assim:

opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir (FOUCAULT, 1995, p. 243)

Neste contexto não analisa-se, neste artigo, especificamente, a questão dos impactos negativos do direito autoral, tema recorrente quando se discute a cultura livre – apesar dessa questão atravessar o trabalho como um todo. Foca-se, antes, nas disputas que ocorrem sobre, e por dentro de, distintas formas de apropriação e produção do comum em relação com o governo e as máquinas de criatividade, tanto no campo discursivo como no desenvolvimento de determinadas práticas. Para tal, o artigo não se concentra exclusivamente sobre o tema da propriedade, concentra-se, primeiro, na questão das novas relações de exploração. Infere-se que, atualmente, vivenciamos uma experimentação de novas formas de acumulação e extração de mais-valia – assim como de controle sobre o comum – que flexibilizam a questão da propriedade. Contudo, se, atualmente, há uma forte inflexão na captura do comum, há também um crescente grau de autonomia e liberdade implicado na produção biopolítica – que abre-se para a constituição de relações potencialmente autônomas, de tipo novo, em direta conexão com a produção do comum. Entende-se, neste trabalho, que a cultura livre pode ser vista como uma espécie de laboratório onde se produzem subjetividades e práticas que incrustam a produção do comum contemporaneamente. Dessa forma, pode-se dizer que, a cultura livre, como veremos, comporta alguns dos principais elementos – em disputa – das relações de poder contemporâneas.

## **1 ASCENSÃO DO CAPITALISMO COGNITIVO**

Se até os anos 70, o modo de produção capitalista encontrava-se fortemente baseado na indústria, dali para frente surgiram modalidades totalmente novas de produção e trabalho que permitem delinear um deslocamento de determinadas atividades, antes cristalizadas na economia industrial, para novas formas produtivas de caráter imaterial. O imaterial mais do que representar, somente, a produção de serviços e bens intangíveis muda também as relações tradicionais de divisão entre produção, circulação e geração de valor (LAZZARATO; NEGRI, 2001).

Durante o período fordista a relação entre lucro, renda e trabalho, ou seja a

valorização do trabalho, era estabelecida a partir de uma unidade de medida quantitativa que estava atrelada a produção material, o lucro era baseado na relação entre receitas e custos. Essa medida era estabelecida, de algum modo, através da relação entre o tempo necessário para a produção e a quantidade de mercadorias que eram produzidas. Já no capitalismo cognitivo a valoração tende a atrelar-se a formas diversas de trabalho que não são necessariamente correspondentes com o tempo de trabalho formal, há portanto uma quebra na medida tradicional do valor-trabalho. É o tempo de vida dos “trabalhadores” que é investido na produção imaterial (FUMAGALLI; MEZZADRA, 2011). O trabalho e a obtenção de valor, tendencialmente, deixam de se concentrar nos espaços formais de trabalho e se expandem em direção a todos os níveis das relações sociais (DELEUZE, 1992), é a própria vida que é posta a trabalhar, é a própria vida que se torna produtiva e que adquire valor dentro do sistema capitalista contemporâneo.

O capitalismo cognitivo, pode-se afirmar, se atrela a uma tecnologia de poder distinta do fordismo, enquanto o segundo se atrela à subjetividades disciplinares, o capitalismo cognitivo encontra na tecnologia de controle, como descrita por Deleuze (1992), seu ambiente de atuação mais sinérgico, tendo as tecnologias digitais e a rede como alicerces de seu exercício. Sistemáticamente a tecnologia de controle pode ser caracterizada, segundo Deleuze (1992), na passagem do modelo da fábrica para o da empresa: não se trata mais do disciplinamento dos corpos e mentes em espaços fechados para a realização de tarefas mecânicas, e sim da modulação e mobilização de afetividades, do intelecto e das capacidades criativas articuladas de forma complexa em rede. O controle se exerce sobre e dentro de uma gestão contínua dos fluxos e se lança sobre todas as dimensões da vida, interpretando-a, assimilando-a e finalmente, se reproduzindo junto com ela (PELBART, 2009). A barreira entre trabalho, lazer e vida privada se borram.

No capitalismo cognitivo o que se explora são os atos criativos, o que adquire valor não é mais – hegemonicamente – o trabalho mecânico, e sim as inovações que dão forma aos produtos mas também e principalmente porque criam novas formas de organização do trabalho, novas relações com o maquinário e novas tecnologias. Segundo Virno:

as metamorfoses dos sistemas sociais do Ocidente durante os anos 80 e 90 podem ser sintetizadas de modo mais ou menos pertinente com a expressão: **comunismo do capital**. Isso significa que a iniciativa capitalista orquestra em seu próprio benefício precisamente àquelas condições materiais e culturais que asseguravam um calmo realismo à perspectiva comunista. (VIRNO, 2003, p. 74, grifo nosso)

O capitalismo cognitivo, em grande parte, se caracteriza pela absorção das inovações e de parte das reivindicações dos movimentos sociais e trabalhistas dos anos 60 e 70, como a “recusa ao trabalho” e a desmedida entre tempo de trabalho e remuneração, a produção de mídia alternativa e de modos organizativos em rede assim como os novos modos de vida da contracultura. Contudo, essa absorção passou por uma reestruturação onde foram excluídos sistematicamente os elementos revolucionários das transformações propostas e realizadas por esses movimentos. O capitalismo cognitivo pode, assim, ser visto, em parte, como a tentativa constante de neutralizar o conflito capital-trabalho, ou seja as relações antagônicas – os outros irredutíveis do capital – e encontrar estratégias de exploração da cooperação social e do comum. Dessa maneira o

elemento novo e central no capitalismo contemporâneo é a tentativa constante de reduzir a mercadoria e *commodities* a criatividade, a espontaneidade, o trabalho vivo – ou seja aquilo que está em constante transformação e que não é organizado pelo capital – em algo estático a ser sistematicamente explorado e capturado.

## 2 MULTIDÃO E COMUM

Como dito, pode-se afirmar que atualmente estamos sobre a predominância da sociedade do controle ou biopoder, predominância, visto que esta tecnologia não substitui as outras. Não se trata portanto de uma visão evolucionista, posto que as distintas tecnologias de poder coabitam nos mesmo tempos e espaços, sendo a questão, uma variação da intensidade com que se realizam, sendo cada uma mais presente durante determinado período e em determinado contexto, se tornando a tendência. Pode-se afirmar assim que o biopoder ou a tecnologia de controle, mesmo que não venha substituir as outras tecnologias, as reorganiza e abrange, de modo que sirvam melhor a exploração e captura da vida. Contudo, como dito anteriormente, o biopoder está em constante relação com o desenvolvimento de subjetividades autônomas, não sendo uma força que totalizaria as relações sociais. Nesta parte do artigo tentaremos observar algumas características do sujeito coletivo que se coloca enquanto produtor de tais subjetividades autônomas mas também que é mobilizado para a extração de lucro.

Para Hardt e Negri, a multidão é “formada por todos aqueles que trabalham sob o domínio do capital, e, assim potencialmente como a classe daqueles que recusam o domínio do capital” (HARDT; NEGRI, 2004, p. 147), dessa forma é na composição do trabalho imaterial que emerge a multidão, tendo, do ponto de vista sociológico, sua base material na centralidade da comunicação e da cooperação sobre redes aplicadas aos modos de produção contemporâneos. Retomando e atualizando o conceito desenvolvido por Espinosa, Negri caracteriza a multidão, como um conjunto de singularidades que não se anulam, pelo contrário mantêm sua força própria e produzem diferença numa “[...] dinâmica relacional, que permite construir, ao mesmo tempo a si mesmas e ao todo” (NEGRI, 2003, p. 142). A multidão, nesse sentido, contém um princípio auto-formativo, ou seja a multidão ao criar está ao mesmo passo se criando, assim como se auto-organizando, cuidando, governando a si e os outros. Portanto, não necessita de uma causalidade externa, na multidão a causa se torna ato, um processo da própria multidão. A multidão, segundo Negri, se configura por um processo aberto cuja dimensão ontológica se ampara no trabalho não apenas como produção de mercadorias, mas sim num conceito de trabalho que abrange as lutas por melhores condições de vida e, principalmente, por diferentes modos de vida que se materializam na desconstrução de certos tipos de relações de poder codificadas, para a afirmação de outras relações mais horizontais e democráticas, relações estas que tem na manutenção e produção do comum sua finalidade e método (NEGRI, 2003; LAZZARATO; NEGRI, 2001).

Dessa forma, a multidão e o comum não podem ser desarticulados, são conjuntamente partes constituintes da produção biopolítica que:

deixa perfeitamente claro que o comum é ao mesmo tempo pressuposição e resultado: não pode haver cooperação sem a vigência de uma partilha; [...] A produção da multidão projeta o comum numa espiral virtuosa expansiva (HARDT; NEGRI, 2004, p. 437).

**A multidão, dessa forma, produz uma verdadeira economia afetiva, em que**

**o comum não é efeito nem transcendência e sim uma força viva.** Como afirma Pelbart:

esse corpo vital coletivo reconfigurado pela economia imaterial das últimas décadas que, nos seus poderes de afetar e de ser afetado e de constituir para si uma comunialidade expansiva, **desenha as possibilidades de uma democracia biopolítica** (PELBART, 2009, p. 139, grifo nosso).

Nesta perspectiva, a multidão, pode e deve se afirmar como uma potência para além das formas de valorização, regulação e controle do capital que opera no interior de uma lógica de mercado baseada no controle sobre os fluxos imateriais através da mercantilização da vida. Como apresentado na introdução e na primeira parte desse artigo, atualmente existe um conflito entre diferentes apropriações do comum, dessa forma e com efeito, **não basta apenas meramente afirmar o comum, a multidão e a produção biopolítica como novas categorias – novo paradigma – do trabalho e da produção atuais, esse momento parece já ter ficado para trás.** Afinal, não apenas o capital se deu conta da existência do comum e da multidão, como já arrumou para eles um lugar bem confortável como fonte de valorização dele próprio, capital. A questão que se coloca, dessa forma é: como as forças vivas podem se autovalorizar<sup>3</sup> e organizar? É certo que não temos uma resposta acabada para essa questão, contudo iremos realizar uma série de análises, especificamente no caso da cultura e da arte, com o intuito de aprofundar esse debate que se materializa no conflito entre distintas máquinas de criatividade.

### **3 A EMERGÊNCIA DO COMUM NA CULTURA LIVRE**

Pode-se dizer que o próprio termo ou conceito cultura livre, a vasta gama de ações realizadas nesse âmbito, assim como as posições discursivas nesse campo, estão inseridas em conflitos enraizados no próprio campo da cultura livre, ou dito de outra forma existe uma disputa “interna” entre os modelos alternativos ao tradicional copyright. Assim fica evidente que o conflito atual que envolve os direitos de cópia e a produção e circulação de conhecimento e cultura, por certo, não pode ser reduzido a um binarismo copyright versus copyleft, e mesmo não seria certo colocar todos que estão contra a propriedade intelectual no mesmo “saco”. Esta questão é o pretendemos explorar de forma sistemática e empírica nessa parte do artigo.

Atualmente são muitos os interesses e as perspectivas envolvendo – e produzidas no contexto – a cultura livre. Pode-se dizer que entre estas perspectivas e interesses há uma vasta gama de ações compartilhadas e embricamentos, mesmo que muitas vezes sejam posições contraditórias ou mesmo antagônicas. Na realidade mais que falar de um antagonismo essencial no contexto da cultura livre, nos parece mais apropriado falar de um 'agonismo'<sup>4</sup>, como sugere Foucault no artigo *O Sujeito e o Poder* (1995), pois no campo da cultura livre atualmente há, certamente, um conflito, um combate, mas esse combate se dá por meio de uma incitação recíproca assim como de resistências entre as

---

3 Negri no texto *Capitalist Domination and Working Class Sabotage* descreve a autovalorização como: “When we say self-valorisation, we mean that the working class sets in motion an alternative on the terrain of production and reproduction, by appropriating to itself power and by re-appropriating wealth, in opposition to the capitalist mechanisms of accumulation and development” (NEGRI, 2005, p.255)

4 Neologismo usado por Foucault com base numa palavra grega que significa “combate”. Cf. FOUCAULT, 1995.

partes envolvidas. Estas não se tratam como “inimigas”, no sentido de lados opostos de uma guerra, onde o objetivo final seria “eliminar” o outro lado, estariam mais para “competidores”, no sentido de adversários numa partida, numa disputa. São produções de subjetividades distintas, que se confrontam mas não se anulam. Não se trata, portanto de uma simples oposição onde uma parte bloqueia a outra, ou onde uma parte não tem contato nenhum com a outra a não ser nos momentos da batalha, se trata mais de trocas e uma provocação permanentes. Afinal uma coisa é certa, nessa disputa resta claro que estão todos contra – por um motivo ou por outro – o endurecimento das leis de propriedade intelectual e a concentração de poder das grandes corporações de mídia que operam por meio de um conceito de propriedade bem fechado e tradicional, e a favor da produção do comum – mesmo que este tenha um significado bem distinto para cada perspectiva. **A cartografia apresentada neste trabalho remete, dessa forma, a um espaço de disputa complexo e indeterminado.**

Segue-se agora o mapeamento e as análises dos três discursos e práticas estudados, a saber o Creative Commons, a arte livre e o copyfarleft. Como dito anteriormente, nosso intuito é produzir um olhar sobre as subjetividades que estas três diferentes perspectivas produzem. Para tal, são utilizados materiais produzidos por pessoas ligadas a cada uma dessas perspectivas. Materiais que não foram necessariamente produzidos em consonância com o nosso intuito mas que foram utilizados como “pistas” para o desenvolvimento da pesquisa. Vale ressaltar, ainda, que o fato que tanto pessoas ligadas a arte livre quanto ao copyfarleft realizaram diversas críticas ao Creative Commons. Estas críticas foram de grande importância para a construção dessa parte do trabalho, afinal elas são partes constituintes da construção de 'perspectivas menores' sobre e da cultura livre. Todavia, apesar de importantes, não nos limitamos a reproduzir tais críticas – apesar delas atravessarem todo o conteúdo que se segue. Nosso objetivo é também valorizar os aspectos próprios das perspectivas menores, assim como buscar e evidenciar os tensionamentos e a transversalidade das relações de força que caracterizam o campo da cultura livre. Por isso, o uso do adjetivo 'emergência' no título desta parte do trabalho, aludindo ao fato que os discursos e apropriações sobre o comum no campo da cultura livre – no caso, objeto em análise – ainda estejam se desenvolvendo. Dessa maneira, a disputa pelo comum se encontra em aberto e seus resultados são de certa forma indeterminados.

O Creative Commons, em grande parte, por ter se tornado praticamente hegemônico no campo da cultura livre – no sentido ter se tornado a grande referência teórica, ter tido maior visibilidade, publicidade, abrangência e utilização do seu ferramental – das três proposta estudadas, foi a única que sofreu diversas e severas críticas publicamente. Contudo, pode-se dizer que não foi somente por sua visibilidade que o Creative Commons sofreu tantas críticas. Seu caráter ambíguo e sua forma de se apresentar discursivamente traz em si diversas contradições, colocando conjuntamente e defendendo diversas vezes argumentos conflitantes e por vezes simplificando demasiadamente debates complexos, na tentativa de realizar uma espécie de síntese do conflito atual inerente a cultura livre. Como o próprio Lessig afirma: o Creative Commons é um projeto para planejar a paz – entre os que são a favor do endurecimento da propriedade intelectual e os que não são, mas também entre as diferentes visões dentro da cultura livre – e “não pretende jogar polêmicas complexas nas pessoas” (LESSIG, 2005, p. 40).

Essa questão de não jogar polêmicas complexas nas pessoas se materializa na

categorização que o Creative Commons realiza ao separar conteúdos que interessariam somente a advogados, outros aos técnicos e outros aos leigos e artistas amadores. Também se materializa na categorização de suas licenças que na prática acabam por separarem as obras e os autores por amadores – que não tem interesse comercial – e profissionais – que tem interesse comercial. Mansoux (2012), membro do coletivo Copyleft Attitude, nos auxilia nessa questão ao dizer que mesmo que essa categorização seja baseada em casos concretos de uso das 'licenças creative commons' na “vida real”, estas fortalecem e se baseiam em clichês e estereótipos, realizando uma separação arbitrária entre usos para:

a) projetos comunitários, como da “amadora” cultura *wiki*, que deveriam utilizar uma 'licença creative commons' que seja compatível com o copyleft;

b) projetos comerciais, como de músicos, que utilizariam uma licença de livre circulação e remix mas sem uso comercial, estabelecendo um modelo de negócio para maximizar a atenção para os seus serviços sem abrir mão dos benefícios da proteção de sua obra para ganho exclusivo.

c) projetos institucionais, como museus, que permitiriam somente a circulação das obras sem a possibilidade de remix e nem de uso comercial, para aumentar a sua visibilidade mas mantendo um controle completo sobre as obras que justifique a sua finalidade e existência.

Na avaliação tanto de pessoas ligadas a arte livre como ao copyleft, esta separação é inconveniente, desnecessária e acaba por gerar uma falta de envolvimento das pessoas com as questões de fundo – gerais – da cultura livre, ou seja além da questão formal do licenciamento e dos interesses e direitos individuais.

Outra consequência dessa simplificação e desse projeto de 'planejar a paz' é uma neutralização da multiplicidade de discursos e conflitos existentes na cultura livre. De fato muitas vezes o Creative Commons é posto como sinônimo de cultura livre, algo que se não era sua intenção, este não faz nada ou quase nada para mudar. Isso pode ser visto como algo positivo, afinal mais pessoas se envolvem, mesmo que indiretamente, com as pautas da cultura livre. Mas também pode ser bastante negativo, pois essa posição do Creative Commons de tentar “abarcar tudo e todos” acaba por produzir, em realidade, uma ausência de posicionamento e como Florian Cramer afirma, gera um “mal entendido” generalizado sobre a cultura livre (CRAMER, 2012).

Pode-se dizer, que o Creative Commons na tentativa de simplificar o processo de legalização das obras, produziu um esvaziamento do espaço de reflexão, ou seja, um espaço indeterminado de práticas políticas abertas, que caracteriza o movimento da cultura livre em outros âmbitos. Afinal, como o próprio Creative Commons se vangloria, basta realizar três cliques e você já tem sua obra licenciada, não é necessário se envolver nos debates da cultura livre, isso pode ficar somente para “os que realmente precisam se envolver no debate”. É verdade que milhões de obras estão licenciadas, atualmente, por 'licenças creative commons', mas o que isso significa para o movimento da cultura livre como um todo? E em última instância, o que isso significa em termos de produção do comum?

De fato, a internet já funcionava por meio de cópias, *downloads* e *uploads*, e o remix já era uma prática exercida em diversos âmbitos, basta olhar o movimento hip-hop, muito antes dessa inflexão no licenciamento e da geração de um mercado formal

de “obras livres”. E em realidade, ao invés de diminuir, a criminalização das práticas de compartilhamento pela internet vêm aumentando e se alastrando pelo globo. É cada vez mais comum vermos notícias de pessoas reprimidas por compartilharem obras que elas “não tinham o direito de reproduzir”. A pirataria, seja não-comercial ou comercial – essa distinção é feita pelo Creative Commons e não é unânime entre as outras perspectivas na cultura livre – não diminuiu com o aumento de obras com 'licenças creative commons'. Como dito, o fato de mais e mais pessoas se apropriarem da cultura livre via Creative Commons, pode ser visto como algo positivo, principalmente se considerado que as apropriações sempre podem escapar as determinações do discurso e do ferramental oferecido, criando novos usos e caminhos para estes. Contudo, também pode-se argumentar que uma apropriação, fora do contexto plural e ético da cultura livre, é mais benéfica para uma reformulação do mercado diante das suas sucessivas crises, do que à produção do comum e a diminuição das desigualdades econômicas e sociais.

De fato, a produção do comum, na visão do Creative Commons, é a produção de um espaço dinâmico e autogerador que possa abastecer e expandir o mercado de uma maneira muito mais eficiente que o tradicional copyright. O incentivo a criatividade se dá a partir de uma visão do comum como somente a “criação de uma coletividade de obras culturais publicamente acessíveis” (LEMOS, 2005, p. 84) e gratuitas. Esta inflexão, como o próprio Lessig afirma é muito importante, atualmente, para o mercado, pois ter um espaço dinâmico é muito melhor do um regime “acomodado” de copyright. Em suas palavras “free resources, or resources held in common, sometimes create more wealth and opportunity for society than those same resources held privately.” (LESSIG, 2001, p.86). Valorizar o comum é necessário, visto que este gera “[...] um espaço onde a criatividade pode prosperar” (ibid., p. 23, tradução nossa) e porque o comum “[...] reduz o custo da inovação” (ibid., p. 57, tradução nossa), assim é recuperada a tradição liberal anglo-americana, como a lição, aprendida e retirada, de Adam Smith evidencia: “[...] innovation is best when ideas flow freely” (ibid., p. 71)

Pode-se dizer que a base da visão de comum para o Creative Commons é uma reformulação do famoso e glorioso 'sonho americano', encarnado em dois principais mitos, o *self made man* e o *Estado mínimo*, onde todos devem ter igualmente o direito – poderíamos dizer o dever ou melhor a necessidade – de participarem do mercado e em última instância de competir livremente dentro das dinâmicas do capitalismo. **O empreendedorismo, o esforço e a determinação individuais, traduzidos e sintetizados como a capacidade criativa**, seriam o motor e a medida do bem-estar privado, que nessa visão, em última instância, se somados revertem-se no bem-estar de toda a sociedade. Contudo somente a capacidade criativa não dá conta dos desafios atuais. Para que a equação esteja completa e se realize, de forma plena, o Estado e a regulação sobre as transações econômicas devem se conter em realizar uma interferência mínima – servindo somente para garantir a segurança (ordem) e contratos (legalidade) – nas dinâmicas do mercado. O objetivo seria uma neutralização máxima da política. Pois esta, nesta perspectiva, é irracional e fortemente passível de corrupção. O mercado por outro lado, seria racional e eficiente e não sofrendo perturbações por parte da política, que nessa perspectiva significa somente a concessão de privilégios para um determinado grupo dentro do contexto da competição capitalista, poderia funcionar de forma equilibrada e justa (LESSIG, 2005). Todavia, Lessig ignora ou, simplesmente, não coloca na sua equação, a própria contradição desses termos. A

competição capitalista nunca é, verdadeiramente, simétrica, ou seja equilibrada e menos ainda justa, principalmente se considerarmos o papel central da exploração, captura e acumulação dentro dos modos de extração de lucro no capitalismo.

O que o Creative Commons tenta fortalecer é uma refundação do liberalismo, adaptado as redes e as novas relações sociais. Refundação necessária – para o capitalismo – tendo em vista as recentes e sucessivas crises. O setor econômico da cultura – especificamente mas não unicamente – atravessa um momento de grande dificuldade para conseguir maneiras efetivas de se valorizar. A economia dita 'criativa' atravessa uma crise profunda que não vem encontrando uma saída viável e socialmente aceita por meio das dinâmicas ditas do século XX. A tradicional indústria cultural de massa e conceitos de propriedade e mercado muito fechados, estão passando por críticas e ataques sistemáticos – vide a força da “pirataria” atualmente. O valor no setor da cultura e da arte se encontra, atualmente, fortemente calcado na indexação de conteúdos e não mais na sua produção, como o modelo Google mostra. A captura da produção em e do comum assume, dessa forma, uma dimensão essencial para a produção de valor e lucro.

A visão de comum, por parte do Creative Commons, portanto, pode ser vista como o motor e o lubrificante da tentativa do capitalismo de se reconfigurar diante das novas relações sociais, das dinâmicas das redes e principalmente da liberação do potencial criativo e de inovação que as dinâmicas do comum vêm levando sempre além. O comum dessa forma é encarado como a “mineração” da multidão, esvaziada da dimensão de autonomia.

O coletivo Copyleft Attitude ou a arte livre, assim como o Creative Commons, buscou produzir uma licença que se encaixasse nas leis atuais de direito autoral, contudo diferentemente do Creative Commons que produziu diversas licenças, sendo umas incompatíveis com outras, criando dessa forma uma outra instância e complexidade burocrática, o Copyleft Attitude focou em princípios e regras simples que devem ser respeitadas por todos igualmente. As razões para isto estão no fato destes terem uma preocupação de criar e fortalecer um repositório comum de obras intelectuais que possa ser facilmente acessado por todos, ou seja há uma inflexão nos direitos coletivos ao invés dos direitos individuais. Apesar disso, pode-se dizer que a grande inflexão, da arte livre, não está nos aspectos jurídicos ou na simples liberação do potencial criativo – que atravessam como um todo os debates da cultura livre. O Copyleft Attitude foca suas ações na apropriação dos termos da cultura livre para que estes levem ao desenvolvimento de interesses estéticos próprios ligados ao copyleft. A posição ética dessa forma deveria servir como um suporte para a criação artística, ou seja a ética deve influenciar a estética, o que essa perspectiva chama de '**liberdade aplicada**'. Na prática esta 'liberdade aplicada' se materializa numa visão onde não basta, não é suficiente, somente disponibilizar livremente ou gratuitamente obras culturais, é necessário criar um contexto, um ambiente e obras que direcionem os fluxos criativos para o fortalecimento do comum.

Diferentemente do Creative Commons, o coletivo Copyleft Attitude assume uma posição ética bem destacada. Parte do pressuposto que “encontrar uma alternativa ao copyright é uma necessidade, mas isso tem que ser feito com um propósito significativo e não como um meio de legitimar a transformação das práticas em rede dentro das indústrias culturais.” (MANSOUX, 2012, p. 213) Esse propósito significativo para a

arte livre, pode-se afirmar, é baseado numa posição: universalista em sua essência, como Cramer (2012) afirma. As motivações para a formação de um repertório comum de cultura e arte deveria emergir de valores que não poderiam ser relativizados culturalmente ou economicamente.

Pode-se dizer, que os valores que devem ser a base para o desenvolvimento da cultura livre, são, para o Copyleft Attitude, a fraternidade e o altruísmo. Há em seu discurso uma visão “romântica” tanto da internet quanto das práticas da rede e dos seus usuários. Uma visão que estabelece que o comum só existe, de fato, quando há uma comunidade politicamente solidária e bem informada, regras claras e indivíduos que tenham direitos iguais. Nessa perspectiva, o homem seria naturalmente propenso a compartilhar, sendo a arquitetura da internet – meio ambiente – perfeita para isso, pois permite que o compartilhamento se dê de uma forma “pura”, afinal tanto a internet quanto seus usuários seriam movidos pela generosidade e a troca dadivosa. O problema para o avanço da cultura livre seria a ganância individual dos detentores de copyright, conjuntamente com a má gestão e leis que bloqueiam a essência da rede. Como se verifica nessa afirmação: “Cultura livre não é só possível como é inevitável, porque procede de uma lógica não material consoante com a digitalização da cultural mundial por meio de práticas que evoluem em paralelo com e na internet” (MOREAU, 2012, p. 164) Essa visão encontra fortes ressonâncias com algumas afirmações do Creative Commons, apresentadas anteriormente.

Se afastando da perspectiva do Creative Commons mas mantendo ainda um caráter “romântico” sobre as práticas da rede, em outra passagem, Moreau afirma que a arte livre e a cultura livre – caso esta acolha integralmente os princípios do copyleft, como a arte livre o faz – não seriam passíveis de uma assimilação vazia. Não seria possível utilizar a cultura livre como um fetiche para o mercado, ou não seria possível subsumir as práticas da rede dentro da indústria cultural: “porque não há nenhuma recompensa, nenhum efeito multiplicador financeiro, nenhum retorno sobre o investimento.” (MOREAU, 2012, p. 162) O fato de todos terem direitos iguais perante a licença da arte livre, o que inclui o direito de uso comercial das obras, evitaria naturalmente o uso comercial exclusivo e abusivo. Todavia essa visão pode ser problematizada, porque exclui as novas formas de captura do comum que estão sendo praticadas atualmente, assim como parte de um princípio de igualdade formal ignorando a desigualdade substancial, como o copyfarleft ressalta.

Como dito, o copyfarleft parte da constatação de que vivemos sobre uma desoladora desigualdade material, assim a separação entre imaterial e material não encontra amparo dentro dessa perspectiva. Separação que tanto o Creative Commons quanto a arte livre tem como base em suas propostas e assim acabam por animar. Mais do que não encontrar amparo no copyfarleft, a separação material e imaterial é sistematicamente desconstruída em todos os conteúdos elaborados por Dmytri Kleiner. Pode-se dizer que este é o ponto nodal de suas análises e base de seu projeto para a cultura livre.

Um dos aspectos inovadores e que distancia o copyfarleft das outras perspectivas analisadas – e de grande parte do movimento da cultura livre – é que este não tem uma preocupação específica em elaborar uma licença que se enquadre na lei. Sua proposta, em realidade, vai na contra mão de uma longa tradição filosófica e jurídica calcada na igualdade formal. O copyfarleft ao introduzir na centralidade dos debates da cultura

livre, a luta de classes e as desigualdades econômicas propõe que sejam tratados de forma diferenciada os trabalhadores, daqueles que empregam e utilizam trabalho assalariado e subordinado nas suas produções. A diferenciação, contudo não se dá, somente, em termos individuais. Toda a proposta do copyfarleft se baseia na animação de formas cooperativas de trabalho. Como o próprio Kleiner afirma, o copyfarleft: “deve desenvolver meios de criar e reproduzir relações produtivas com base no comum” (KLEINER, 2010, p. 8, tradução nossa) A diferenciação dessa forma se dá entre usos endógenos, oriundos do comum e voltados para o comum, de usos exógenos, voltados para fora ou para capturar o comum.

Como pode-se verificar, **a proposta do copyfarleft para a produção do comum é centrada na criação de formas organizativas cooperativas engajadas na luta social.** Não há interesse algum para o copyfarleft em formar somente um repositório comum de bens intelectuais. Em realidade, Kleiner é bastante crítico a esse tipo de posicionamento, posto que a exploração faz parte do sistema produtivo capitalista, onde a produção da cultura livre está inserida. Dessa forma, somente a ênfase na liberação do imaterial, ou mesmo as regras do copyleft, como o 'efeito viral', não são suficientes para irromper com a exploração do comum e a condição de servidão dos trabalhadores. Como pode-se verificar:

So long as commons-based peer-production is applied narrowly to only an information commons, while the capitalist mode of production still dominates the production of material wealth, owners of material property, namely land and capital, will continue to capture the marginal wealth created as a result of the productivity of the information commons. (KLEINER, 2010, p. 21)

**A produção do comum, nessa perspectiva, deve sempre ter uma dimensão de luta política, ser uma prática revolucionária baseada na autovalorização daqueles que são os produtores – trabalhadores.** Kleiner se refere ao comum como o 'comum produtivo' (*productive commons*), este termo mostra sua profunda preocupação que a produção do comum tenha uma utilidade, seja uma ferramenta da luta de classes. O comum deve ser produtivo de riqueza para os trabalhadores, nesse sentido o imaterial e o material não podem ser separados, a ênfase na liberação do imaterial, deve ser vista, somente, como um caminho para a diminuição da desigualdade material – econômica e social – e deve ser sempre acompanhada de mecanismos que fujam da exploração capitalista. Como esta passagem deixa claro, ao dizer que o copyfarleft tem como objetivo:

[...] the creation of a productive commons that producers can use to accumulate mutual wealth, and thus work towards realizing their historic role of creating a society free of economic classes. [...] **When we employ a commons of productive assets, which have no individual owners but are collectively owned, we retain the wealth we create, and thus the possibility for a new society is within our grasp.** (KLEINER, 2010, p. 50, grifo nosso)

### 3.1 COMUNISMO DO CAPITAL E CAPTURA DO COMUM

O capitalismo cognitivo, como apresentado no início do artigo, é fortemente baseado na captura da produção biopolítica e do comum, de fato, o papel desenrolado pela produção de conhecimento e relações afetivas, cada vez mais, se transforma na força produtiva fundamental dos modos de produção atuais:

No capitalismo contemporâneo, o papel do conhecimento mudou radicalmente. Se a modernidade industrial foi baseada no uso intensivo do conhecimento para a produção de bens, no regime de acumulação da pós-modernidade o uso do conhecimento se dá para produzir outros conhecimentos [...] Na produção de conhecimento por meio de conhecimento, a produção não é mais atividade instrumental voltada a um fim, mas contém seu fim dentro dela mesmo, como atividade reflexiva: o conhecimento deve produzir sua própria significação, criando um mundo. (COCCO, 2012)

A criação de mundos, produção de conhecimento e de relações afetivas, pode-se dizer, só se efetiva num ambiente onde haja liberdade, cooperação e exercício da criatividade, elementos e riquezas que o capital não consegue produzir (NEGRI, 2006). O trabalho no capitalismo cognitivo se torna “um evento, um Kairós, é invenção do tempo [...] está ancorado na liberdade.” (ibid.). A liberdade de criar em e o comum assume, dessa forma, um papel fundamental nos novos modos de produção e trabalho, assim como nas novas formas de acumulação capitalísticas:

o comunismo do capital é a forma assumida pela relação social capitalista na época em que esta se baseia inteiramente na captura do comum. Para dizê-lo em outros termos, cada vez menos o capital organiza a cooperação social com antecedência, de cima para baixo, e cada vez mais deve organizar sua captura *a posteriori* (ROGGERO, 2012)

O capitalismo cognitivo assume, assim, a dimensão de um comunismo do capital, onde não há uma destruição da relação social de exploração, mas sim seu enevoamento. O comunismo do capital se caracteriza, portanto, como a tentativa de operar capturas de subjetividades e apresenta uma imagem de civilidade, é a dimensão do biopoder do capital, “onde o capital se quer não simplesmente como comando, mas estilo de vida” (NEGRI, 2006). Dessa maneira, o comunismo do capital incorpora certos aspectos e críticas das lutas, sendo uma tentativa de neutralização do conflito capital-trabalho, onde são colocados em simbiose elementos tanto das novas esquerdas, quanto do neoliberalismo.

Na esteira da dimensão de biopoder do capitalismo cognitivo desponta uma máquina de criação de um consenso generalizado, o consenso sobre a necessidade de estar incluído nas dinâmicas da rede e de circulação e liberação de cultura e conhecimento. Uma das ideias mais fortes por trás dessa máquina – que os *hypes* da cultura livre não se cansam de afirmar – é que as pessoas que não estiverem online nas redes sociais ou se adaptarem a cultura de troca e compartilhamento, ficarão obsoletas, desnecessárias e perderão o seu tempo histórico. Por outro lado, caso esteja incluída – a pessoa – pertencerá a economia da rede, poderá assim usufruir de seus benefícios, assim como estará sendo sempre conectada com a atualidade e terá acesso a constantes inovações. O que não fica claro nessa “imposição” de modo de vida são as formas de exploração e assujeitamento que perpassam as dinâmicas das redes, e em última instância a necessidade vital do capitalismo contemporâneo da vibrante produção que a rede e a liberdade proporcionam. Como afirma Roggero: “ hoje podemos dizer que o capital é forçado a transformar o mais alto nível da força de trabalho vivo associado – a rede – na forma empresa”. (ROGGERO, 2012)

Diante desse cenário, pode-se dizer que, artistas multimídia, escritores, jornalistas, músicos, cineastas, programadores, designers e ativistas são uma parte

importante para os processos de acumulação contemporânea, afinal estes são sujeitos bastante ativos na rede e principalmente na cultura livre, contudo o *core* (coração) do comunismo do capital não se encontra somente nessas figuras, da mesma forma que não é numa vanguarda política que se encontram os elementos de resistência da produção biopolítica, também não é numa vanguarda do trabalho cognitivo que se encontra as “jazidas”<sup>5</sup> a serem sistematicamente exploradas pelo capitalismo. O lucro das empresas depende cada vez mais da sua capacidade de capturar a cooperação produtiva realizada fora do espaço da empresa. Afinal, grande parte do trabalho que é revertido em lucro advém de atividades que não são vistas como trabalho e não se encontram nos limites da empresa, por exemplo: chats, perfis e atividades em redes sociais, manutenção de blogs, participação em listas de e-mail, respostas de questionários etc.

O largo acesso ao conhecimento, cultura, comunicação e possibilidade de criação, assim como a liberdade, a colaboração e o exercício da criatividade – elementos dos modos de vida contemporâneos na rede – se revertem em atividades produtivas abundantes. Dessa forma, o monitoramento e controle assumem uma dimensão primordial na captura do comum e da produção biopolítica. O trabalho livre, ou as atividades realizadas na rede que não são vistas como trabalho pois são prazerosas e/ou políticas, como hobbies, comunicação entre amigos, troca de conteúdos em redes p2p, desenvolvimento de softwares livres, construção de web sites etc, é modulado, no comunismo do capital, como trabalho grátis. (TERRANOVA, 2004, passim.)

Um exemplo contundente do trabalho grátis na internet, são as formas de produção – talvez seja mais adequado dizer formas de captura – de empresas que utilizando-se de um discurso e de práticas *open source*, não só deixam mas incentivam os consumidores a testarem suas novas ferramentas e programas. A partir da modulação dos consumidores enquanto produtores, essas empresas articulam e experimentam novos tipos de sistemas produtivos e obtenção de mais-valia, onde milhões de pessoas trabalham “de graça” para elas. **Se a utopia capitalista era ter: uma fábrica sem operários<sup>6</sup>, atualmente, o comunismo do capital, através da modulação do *crowd* e do trabalho grátis, parece estar sendo bastante bem sucedido em ter uma empresa sem empregados.** O fato de ter uma multidão de pessoas trabalhando em seus produtos – mesmo que individualmente não estejam empregando muitas horas da suas vidas nisso, na realidade isso não importa porque o que se captura é a dimensão coletiva que gera quantidade – faz com que estes sejam, potencialmente, bastante superiores aos de outras empresas que operam dentro de lógicas tradicionais de segredo industrial. Como Roggero, novamente, nos auxilia em esclarecer:

a propriedade intelectual pode não apenas bloquear a potência autônoma das forças produtivas, mas também as dinâmicas de inovação que animam as relações de produção, **o capitalismo agora deve se desenvolver 'sem propriedade'**. Podemos acompanhar esta progressão não apenas na WEB 2.0, mas também no confronto entre Google e Microsoft e na aliança entre IBM e Linux [...] a 'livre' cooperação '*open source*' dos consumidores – a figura do 'prosumer', para usarmos a etiqueta cunhada pela retórica da 'sociedade da informação' – faz zerar os custos da força de trabalho, inteiramente despejada sobre os 'clientes', que passam a ter de resolver por conta própria – autonomamente – os problemas relativos aos produtos comercializados pelas empresas (ROGGERO, 2012, p. 65, grifo nosso)

5 Utiliza-se o termo jazida em alusão as práticas de *crowd mining*

6 Sonho que se materializou nas políticas neoliberais de terceirizações, robotização da produção e no progressivo dismantelamento dos direitos sociais adquiridos.

Dessa forma, o trabalho grátis além de reduzir drasticamente os custos da produção, torna essas empresas mais competitivas em termos de inovação com relação a outras empresas e mais alinhadas com os interesses dos consumidores, afinal atualmente “há modos de exploração do trabalho criativo que não são baseados na propriedade intelectual e que produzem mais valor e conflito.” (PASQUINELLI, 2008a). **Pode-se dizer que “abrir mão da propriedade” se torna bastante lucrativo. A “abolição da propriedade” realizada pelo comunismo do capital, portanto, não ataca as relações de exploração, em realidade as fortalece, mesmo que as obscurecendo, não há dessa forma nenhuma real abolição, afinal mesmo que o caráter privado dos bens imateriais seja extirpado, a propriedade enquanto relações de exploração, permanece.** Além de tudo, grandes empresas não “abrem mão” totalmente da propriedade, em realidade estas utilizam-se da propriedade quando lhes interessa e de práticas de *opening* (abertura) quando mais lhes convêm. Nesse sentido, a abertura e mesmo a oferta de produtos *free* (grátis) não são coisas totalmente novas no capitalismo, pois caracterizam-se por uma diversificação das formas de obtenção de lucro, prática constante no capitalismo<sup>7</sup>. O seu caráter inovador está em articular o *free* com o trabalho grátis, onde a captura do comum se torna o principal meio de gerar lucro, fazendo que uma multidão de pessoas seja posta a trabalhar, investindo seu “tempo livre”, ou seja suas vidas, na valorização de uma empresa privada que não os paga por seus serviços prestados.

O trabalho grátis opera diretamente sobre a dimensão afetiva dos consumidores, que ao mesmo tempo são produtores daquilo que consomem. Assim, para funcionar deve, necessariamente, ser fundado na liberdade, afinal são as próprias pessoas que se sentem atraídas por certos discursos, produtos, marcas ou práticas de algumas empresas se põem a trabalhar gratuitamente para estas. Contudo, não parece apropriado falar de uma servidão voluntária, afinal não se trata de querer ser ou não escravo; não se trata de um vício ou uma fraqueza como a covardia e a preguiça; ou mesmo um hábito ou desejo teimoso de servir; e menos ainda de se ter esquecido o que é liberdade, se trata mais de um governo das subjetividades, ou seja a captura, instauração e incitação de modos de vida. Onde não há nada de sublime ou pacífico na maneira como se conduzem as subjetividades implicadas no trabalho grátis e a maneira como se obtêm lucro deste. O comunismo do capital não é de forma alguma o *United World of Benneton*, onde todas as diferenças coexistem e desfrutam umas das outras pacificamente, onde a não-rivalidade do imaterial geraria uma abundância capaz de acabar com as desigualdades, criando melhores condições de vida. Pelo contrário, o contexto no qual se insere o comunismo do capital é marcado por conflitos, se parecendo, dessa forma, mais com uma guerra civil imaterial<sup>8</sup>, onde a precarização; a batalha por acesso aos bens de consumo; a gentrificação; o endividamento; o encerramento de relações sociais em mercadorias; a solidão e a depressão; a rivalidade<sup>9</sup>; e a violência – repressão – usada em última instância, jogam um papel central nos novos modos de controle e captura do comum. O imaterial digitalizado não se encontra num espaço descolado da “vida real”,

7 Para verificar as diversas estratégias da abertura e do grátis no capitalismo. Cf. *Free: Grátis: o futuro dos preços* de Cris Anderson (2009).

8 Cf. *Guerra Civil Imaterial: Protótipos de Conflito dentro do Capitalismo Cognitivo* de Pasquinelli (2008b).

9 Obviamente a rivalidade não se dá entre cópias digitais mas sim na fricção e tensionamentos provocados pela competição e dificuldades cotidianas nos modos de vida capitalísticos.

como afirma Pasquinelli: “Não há nada de digital em nenhum sonho digital. Fundido à economia global, cada *bit* de informação 'livre' carrega seu próprio mini escravo como uma parte da dupla (irmão gêmeo) esquecida”. (PASQUINELLI, 2012, p. 55).

A cultura livre, como laboratório de subjetividades que animam a internet e os modos de vida calcados na cultura de troca, compartilhamento e exercício da criatividade, participa e influencia diretamente as estratégias do governo do comunismo do capital. Os modos de vida na rede assim como sua produção: seja conteúdo ou arquitetura – em realidade no paradigma da rede os dois se misturam; e as disputas por distintas perspectivas sobre o comum, assim como a configuração de determinadas máquinas de criatividade, que atravessam a cultura livre configuram uma parte importante do terreno sobre o qual o comunismo do capital se lança. Todavia, como dito anteriormente, também são elementos constituintes da possibilidade de uma democracia biopolítica, baseada na criação de novas relações que escapem das relações de exploração mas também de assujeitamento e constrangimento da produção do comum.

### 3.2 RUMO A PRODUÇÃO DO COMUM AUTÔNOMO

Historicamente uma das principais – ou a principal – bandeiras da luta comunista foi a abolição da propriedade privada, contudo como afirma Hardt: “o comunismo é definido não apenas pela abolição da propriedade privada, mas também pela afirmação do comum – a afirmação da produção biopolítica autônoma e livre, a criação contínua e independente de uma nova humanidade.” (HARDT, 2011, p. 16). Dessa forma, a luta comunista não pode ser pensada somente em termos da abolição da propriedade material, a luta pela abolição da propriedade no comunismo é também a luta pela afirmação do comum, ou seja um projeto político baseado na proliferação de liberdades, cooperação autônoma, assim como produção de subjetividades, inteiramente novas, antagônicas ao capital, uma nova humanidade que não se produz nem no paradigma do privado e nem no do público – estatal. Não se trata, ao menos somente, de acabar com a propriedade, é necessário instaurar novas práticas que substituam as relações de exploração mas também de assujeitamento, em realidade no contexto da produção biopolítica e na luta pela produção do comum não se pode separar estas. Como esclarece Roggero:

When the common is the center of social relations, the distinction proposed by Michel Foucault between struggles over exploitation and struggles over subjectivation has to be reformulated since, from the perspective of the common, struggles over the production of subjectivity are simultaneously struggles against exploitation. It then becomes possible to rethink liberty in a materialist way. **When liberty is embodied in the relationship between singularity and the common, in the collective control of the production of the *potentia* of living labor, it becomes a radical critique of exploitation.** This is the liberty of the forces of production that, by breaking capitalist development, it opens the way for a different becoming: that is, a different tendency. It is a common liberty because it is partial/of part. The breaking of the “capitalist common” and of exchange value does not necessitate a return to the use value contained in the mythological notion of “common goods.” Rather, this break is the construction of a new social relationship that reinvents a radical composition of liberty and equality based on and continuously constituted by the common. (ROGGERO, 2010, p. 370, grifo nosso)

Pode-se reforçar o argumento de Roggero, dizendo que a produção de subjetividades deve ser encarada como campo de batalha atual, afinal:

atualmente é sobre o terreno de saberes, afetos relações e formas de cooperação que se joga a partida entre subjetivação e assujeitamento, entre exploração, precarização e decadência, de um lado; e resistência constituinte e do comum, do outro. Uma dimensão ambivalente que dizíamos, interessa intrinsecamente à produção de subjetividade, e requer, sobretudo, que repensemos a clássica distinção entre lutas contra o assujeitamento e lutas contra a exploração. Dito de outro modo, hoje que a produção de subjetividade é historicamente determinada no âmbito de relações específicas de produção, as quais vivem da captura de afetos, relações, saberes e formas de cooperação, os processos de subjetivação – ou seja, a resistência aos dispositivos de assujeitamento – colocam-se imediatamente no plano da luta contra a exploração (CURCIO, 2012, p. 168)

A produção do comum, portanto, está ancorada em práticas que se afastam completamente de uma perspectiva do comum como conciliável com a produção capitalista. A inflexão de uma visão do comum como sendo somente um repositório de bens imateriais acessíveis a todos, não reflete as dimensões de fuga dos dispositivos de poder operada na produção biopolítica. A liberação do imaterial como crítica da propriedade intelectual é certamente um dos aspectos centrais hoje na produção do comum mas, como apresentado na parte do comunismo do capital, não basta somente liberar o imaterial, afinal o trabalho grátis e a exploração do comum se colocam como dinâmicas parasitárias a esse movimento.

É nesse sentido que, apesar de ser possível incorrer em uma redundância ao se exprimir o comum enquanto comum autônomo – afinal o comum sempre alavanca a produção de autonomia – nos parece necessário realizar essa inflexão, visto que atualmente há um forte conflito entre diferentes apropriações do comum. Com efeito, como foi visto anteriormente, o capital busca na contemporaneidade conduzir o comum de forma a reduzir ao máximo seus efeitos de produção de autonomia e potencializar no mais alto grau a extração de lucro, procurando tornar o comum fonte de valorização dele próprio, capital. Sendo assim, a proposta de se pensar o comum enquanto comum autônomo – especificamente para o campo da arte e cultura em rede, mas também como possibilidade analítica para outras áreas – se torna uma tentativa de evidenciar uma das dimensão do comum, remetendo-o enquanto sítio de práticas de contra-conduta, no sentido empregado por Foucault (2008), entendidas como arte de conduzir-se dissentindo ao exercício do poder com vistas a subordinação ou dominação. No caso específico com o qual trabalhamos, a ação de contra-condução diferencia-se, inclusive e principalmente, dos estímulos e do governo da máquina de subsunção da criatividade à exploração, acumulação capitalista e ao assujeitamento.

Matteo Pasquinelli em seu texto *A ideologia da cultura livre e a gramática da sabotagem* (2012) propõe uma sistematização em quatro pontos e uma noção tática do que seria o comum autônomo, em contraposição as *hipercelebradas* visões do comum como a do Creative Commons – que servem mais ao comunismo do capital do que a produção do comum. O primeiro ponto versa sobre o comum não possibilitar somente o consumo passivo e individual, sendo também necessário ser possível – e incentivado – o uso produtivo do repertório comum, o que significa que o uso comercial endógeno ao comum deve estar implicado na produção do comum; O segundo ponto trata da questão do comum ser constantemente assediado pelo capital, a produção do comum autônomo,

portanto, deve ser sempre um questionamento e uma prática contra a exploração praticada por grandes empresas; o terceiro diz respeito ao comum autônomo deixar sempre claro a assimetria entre o material e o imaterial, ou seja as desigualdades econômicas e sociais devem ser sempre pauta da produção do comum, assim como deve ser sempre observado o impacto que a acumulação imaterial tem sobre o material, dito em outros termos a relação entre o capitalismo cognitivo e a valorização material; o quarto ponto afirma que o comum é um espaço dinâmico e que portanto deve ser construído e defendido também de forma dinâmica, ou seja, calcado nas lutas. Estes quatro pontos foram sistematicamente apresentados e analisados anteriormente, contudo há um quinto e último ponto que está fora da sistematização proposta por Pasquinelli – mas que se encontra em suas análises – que pode ser acrescentado: a sabotagem.

A sabotagem, segundo Negri (2005)<sup>10</sup>, é o ato de desestruturação de certos tipos de relações de poder para a afirmação de outras relações, ancoradas na autovalorização e autodeterminação. Dessa maneira, a sabotagem assume uma dupla dimensão: por um lado é ataque, por outro é criação de novos mundos<sup>11</sup>. Nesse sentido a sabotagem produz uma *outrice* radical a máquina de consenso capitalista. A sabotagem, enquanto autovalorização e autodeterminação, é a separação com a totalidade do capital e a quebra da relação capitalista, uma força criativa para a produção de outras humanidades, uma ferramenta que através da destruição: liberta (NEGRI, 2005).

Pasquinelli (2012), afirma que o consenso criado em torno de uma ideologia do livre – digitalismo – ofusca a possibilidade de uma nova prática que consiga ver para além das telas e da utopia que o sistema técnico digital e/ou uma cultura de troca tenderiam a – naturalmente – dissolver as desigualdades. Partindo-se da constatação que o gesto positivo de compartilhamento está constantemente sendo assediado pelo capital, e que a atividade individual de baixar livros, músicas e filmes não alcança transformar a balança da desigualdade material, pode-se afirmar que somente uma ferramenta afiada como a sabotagem pode revelar e conter a dimensão parasitária do comunismo do capital. Nesse contexto, o conflito portanto não deve ser evitado, e sim exacerbado. **O comum autônomo se constitui, dessa forma, atualmente, como uma prática subversiva, ou seja, altera a ordem e o poder estabelecidos, sendo dinâmico e estando em constante transformação, pois se ancora na produção biopolítica.**

Contudo, uma visão do comum autônomo como fruto da pura desterritorialização não parece acertada, afinal no processo de produção do comum há uma série de práticas que vão sendo desenvolvidas fundadas nas lutas, há uma força criativa e uma organização do comum, não se trata somente de dizer: não! Trata-se também de afirmar uma prática, de criar mundos desejáveis de se viver; de criar possibilidades de: ser quem realmente se deseja ser. Contudo, como dito anteriormente, o comum autônomo se constitui dinamicamente, pois é método e finalidade da produção biopolítica, dessa maneira, as práticas que se desenvolvem no seio da produção do

10 Utiliza-se neste trabalho o texto *Capitalist Domination and Working Class Sabotage* publicado em 2005, em inglês, numa coletânea de textos do Negri dos anos 70. O texto foi originalmente escrito por Negri em italiano em 1977 durante um importante ciclo de lutas na Itália e dois anos antes de sua prisão.

11 Negri em *Capitalist Domination and Working Class Sabotage* faz uma correlação entre autovalorização e sabotagem. A autovalorização, nesse sentido, não pode estar relacionada ou ser compatível com a estruturação dos modos de vida capitalísticos, sendo a sabotagem uma das funções da autovalorização. Dessa forma, a sabotagem é o “crime” compartilhado por todos que buscam mudanças radicais e diminuição das desigualdades econômicas e sociais. (NEGRI, 2005).

comum estão ligadas a uma ética e não uma moral, são práticas de liberdade no sentido empregado por Foucault (2012; 2004; 1995). Diante de um movimento de liberação do imaterial – ou seja, da crítica exclusiva a propriedade intelectual que tem seu maior expoente o Creative Commons – se produz um comum autônomo, lá onde somente a crítica a propriedade intelectual não é suficiente, onde se procura, a partir de práticas de liberdade, constituir novas formas de vida que produzam e imponham regras de direito, técnicas de gestão, práticas de si e um ethos que permitam se jogar o jogo do poder com o mínimo de dominação possível (FOUCAULT, 2012, p. 277).

O desafio atual – diante de um cenário onde o comum se encontra entre a autonomia e a captura, entre a biopolítica e o biopoder – parece ser: como praticar a liberdade, exercer a criatividade, gerar valor e produzir o comum? A questão da organização do comum se coloca, dessa forma, imediatamente, como uma questão primordial da atualidade. Nesse sentido, pensar, falar e produzir instituições do comum, ou organização autônoma do comum, se apresenta como um dos desafios atuais. Roggero nos auxilia novamente, para este as instituições do comum devem ser entendidas como “construção de normatividade imanente à cooperação social. Não se trata de 'ilhas felizes' ou de espaços de utopia imunes à acumulação capitalista, mas da organização autônoma coletiva, logo, da destruição dos aparelhos de captura” (ROGGERO, 2012, p. 68). Em seu texto *Five theses on the commons* (2010), Roggero afirma:

Institutions of the common rather refer to the organization of autonomy and resistance of living labor/knowledge, the power to determine command and direction collectively within social cooperation and produce common norms in breaking the capitalist capture. These institutions embody a new temporal relationship not linear or dialectical, but heterogeneous and full between crisis and decision, between constituent processes and concrete political forms, between event and organizational sedimentation, and between breaking of capitalist capture and common production [...] Since they are based on the composition and temporality of living labor, the institutions of the common are continuously open to their subversion. Institutions of the common are not an origin, but the organization of what becomes (ROGGERO, 2010, p. 369)

Visto certos aspectos da ideia de instituições do comum e retomando a afirmação feita por Pelbart (2009) sobre o corpo vital coletivo reconfigurado pela economia imaterial – entenda-se multidão – ao constituir para si uma comunialidade expansiva, está, simultaneamente, desenhando as possibilidades de uma democracia biopolítica. Pode-se dizer que as instituições do comum e as práticas de liberdade são a carne de um *devoir-principe* da multidão, na conjunção de atividade e valor, sendo *um* rumo do comum autônomo na direção de uma democracia biopolítica. Corpo que cria as possibilidades de se jogar o jogo do poder com o mínimo de dominação possível, através da composição e simbiose das lutas contra a exploração e assujeitamento conjuntamente com a liberação da potência criativa da multidão. Dessa forma, no contexto da produção do comum autônomo, não há espaço para uma visão utópica sobre o digital, a rede, a criatividade, a geração de valor e o comum, antes se tem claro que na produção biopolítica existe uma relação imanente entre criatividade, valor e conflito, podendo, inclusive, ir-se além afirmando que *criatividade = valor = conflito* e vice-versa (PASQUINELLI, 2008b).

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, C. (2009) *Free: Grátis: o futuro dos preços*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- COCCO, G. (2012) *Trabalho sem Obra, Obra sem Autor: A constituição do comum*. In: BELISÁRIO, A; TARIN, B (Org.). *Copyfight: Pirataria & Cultura Livre*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue.
- CRAMER, F. (2012) *O mal entendido do Creative Commons*. In: BELISÁRIO, A; TARIN, B (Org.). *Copyfight: Pirataria & Cultura Livre*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue.
- CURCIO, A. (2012) *A subjetividade do comum: resistência e luta entre as duas margens do mediterrâneo*. In: COCCO, G; ALBAGLI, S. (Org.) *Revolução 2.0: e a crise do capitalismo global*. Rio de Janeiro: Garamond.
- DELEUZE, G. (1992) *Conversações*. São Paulo: Ed. 34.
- FOUCAULT, M. (2012) *Ditos e Escritos, volume V: ética, sexualidade, política*. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- \_\_\_\_\_. (2008) *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. (2004) *Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade*. *Verve*, n. 5, p. 260-277.
- \_\_\_\_\_. (1995) *O sujeito e o poder*. In: DREYFUS, H; RABINOW, P. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- FUMAGALLI, A; MEZZADRA, S (Org.). (2011) *A crise da economia global: mercados financeiros, lutas sociais e novos cenários políticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 321-351.
- HARDT, M. *O Comum no Comunismo*. 2011. [Acesso em: 5 de jan. 2013] Disponível em: <<http://www.universidadenomade.org.br/userfiles/file/O%20Comum%20no%20Comunismo.pdf>>.
- HARDT, M; NEGRI, A. (2004) *Multidão: guerra e democracia na era do império*. 1 ed. Rio de Janeiro: Record.
- KLEINER, D. (2010) *The telekommunist manifesto*. Amsterdam: Institute of Network Cultures.
- LAZZARATO, M; NEGRI, A. (2001) *Trabalho Imaterial – formas de vida e produção de subjetividade*. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora DP&A.
- LEMOES, R. (2005) *Direito, tecnologia e cultura*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- LESSIG, L. (2005) *Cultura Livre: Como a Grande Mídia Usa a Tecnologia e a Lei para Bloquear a Cultura e Controlar a Criatividade*. 1 ed. São Paulo: Trama.
- LESSIG, L. (2001) *The future of ideas: The fate of the commons in a connected world*. New York: Random House.
- MANSOUX, A. (2012) *Livre como queijo – confusão artística acerca da abertura*. In:

- BELISÁRIO, A; TARIN, B (Org.). Copyfight: Pirataria & Cultura Livre. Rio de Janeiro: Beco do Azougue.
- MOREAU, A. (2012) Sobre arte e cultura livre. In: BELISÁRIO, A; TARIN, B (Org.). Copyfight: Pirataria & Cultura Livre. Rio de Janeiro: Beco do Azougue.
- NEGRI, A. (2003) Cinco lições sobre Império. Rio de Janeiro: DP&A.
- \_\_\_\_\_. (2005) Domination and Sabotage: On the Marxist Method of Social Transformation. In: Books for Burning: between civil war and democracy in 1970s italy. Londres: Verso.
- \_\_\_\_\_. (2006) O comunismo do capital global. Revista Global Brasil. Rio de Janeiro: DPeA Editora, n. 07.
- \_\_\_\_\_. (2012) Metamorfose – arte e trabalho imaterial. In: BELISÁRIO, A; TARIN, B (Org.). Copyfight: Pirataria & Cultura Livre. Rio de Janeiro: Beco do Azougue.
- PASQUINELLI, M. (2011) Machinic Capitalism and Network Surplus Value: towards a political economy of the turing machine. Out. 2011. Disponível em: <<http://bit.ly/nljAVo>>. Acesso em: 5 dez. 2011.
- \_\_\_\_\_. (2008a) Animal Spirits: a bestiary of the commons. Rotterdam: NAI Publishers.
- \_\_\_\_\_. (2008b) Guerra Civil Imaterial: Protótipos de Conflito dentro do Capitalismo Cognitivo. Lugar Comum – Estudos de Mídia, Cultura e Democracia. Rio de Janeiro: UFRJ, nº 25-26, p. 121-135.
- \_\_\_\_\_. (2012) A ideologia da cultura livre e a gramática da sabotagem. In: BELISÁRIO, A; TARIN, B (Org.). Copyfight: Pirataria & Cultura Livre. Rio de Janeiro: Beco do Azougue.
- PELBART, P. (2009) Vida Capital: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras.
- ROGGERO, G. (2012) A autonomia do saber vivo: relação e ruptura entre instituições do comum e comunismo do capital. In: COCCO, G; ALBAGLI, S. (Org.) Revolução 2.0: e a crise do capitalismo global. Rio de Janeiro: Garamond.
- \_\_\_\_\_. (2010) ROGGERO, G. Five theses on the common. Rethinking Marxism, v. 22, n. 3, p. 357-373.
- TERRANOVA, T. (2004) Network Culture: Politics for the information age. Londres: Pluto Press.
- VIRNO, P. (2008) Virtuosismo e Revolução: a ideia de “mundo” entre a experiência sensível e a esfera pública. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_. (2003) Gramática da Multidão: para uma análise das formas de vida contemporâneas. [Acesso em: 5 jan. 2012] Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/19683449/GRAMATICA-DA-MULTIDAO>>.
- ZOURABICHVILI, F. (2009) Vocabulário de Deleuze. Rio de Janeiro: Relume Dumará.